

# A BATALHA

Antigo órgão da CONFEDERAÇÃO  
GERAL DO TRABALHO

JORNAL SINDICALISTA REVOLUCIONÁRIO

QUINZENÁRIO



Director  
EMÍDIO SANTANA

Propriedade da  
COOPERATIVA EDITORA A BATALHA

Redacção e Administração  
Rua Angelina Vidal, 17-2.º Esq.  
LISBOA

Composição e impressão  
Tip. E. N. P. — Anuário Comercial de Portugal

## PREÇOS E SALÁRIOS

### Na curva da estrada

O 25 de Abril ao pôr fim, por inconveniente, a um regime político obtuso que sustentava uma guerra insensata, não ultrapassaria o regresso a uma democracia política, aliás a única desejada por todos os partidos que logo se coligaram.

Era inevitável que toda a corrupção do sistema, que apenas perdera o seu governo, os artificios que cobriam toda a ruína económica e o total desequilíbrio das situações sociais viesse à superfície a demandar sérias e profundas soluções. Deste modo o processo revolucionário, já em gestação e aberto com a rutura do sistema, viria a resumir-se numa liberdade política a exercer muito especialmente pelos partidos na busca das suas posições, muito embora esse processo prosseguisse como um imperativo histórico inevitável.

Cada vez mais se acentua o desfalecimento entre este condicionalismo político da circunstância e os profundos antagonismos de posições sociais, do desfruto da riqueza e da partilha da miséria, que se traduzem no agravamento dos conflitos sociais.

O governo provisório tibiamente legisla algumas medidas mais políticas que económicas, e a inflação agrava-se, e com ela os preços sobem em espiral degradando a economia e as condições de vida da população que se tornam insustentáveis. E nas esferas políticas entende-se sempre que o equilíbrio desta economia monopolizada há-de ser corrigida ou compensada com o exclusivo esforço dos trabalhadores até à simplória oferta de um dia de trabalho para a sua operação se endireitar.

As greves sucedem-se por consequência, em grande parte perseguindo esperanças frustradas dos saneamentos digamos, vitais, que demandam da governação firmes decisões e opções sérias que solucionem o estrangulamento da vida do país que vem do fascismo e perdura, e só encontram, para além da propaganda veiculada para desarmar a força e a solidariedade operária, medidas restritivas e uma política parcial e incaracterística do ministério do trabalho.

A subida vertiginosa dos preços, sem qualquer domínio, desencadeia uma acção reivindicativa dos trabalhadores. É evidente que tem de ser primeiro a travagem dos preços, porque melhor trava as manobras reaccionárias acantonadas onde ainda não chegou o saneamento, e a desmontagem dos intermediários.

O governo não toma medidas decisivas, e a fragmentação sindical dos trabalhadores por variados sindicatos de débil estrutura, sem elos de solidariedade orgânica e sindicalista que a Intersindical dessimula, não tem possibilidade a acção sindical de conjunto que com o vigor das suas lutas, da sua notável afirmação e até de vigorosas posições de autogestão, incline o poder sindical dos trabalhadores na conquista de medidas de fundo socializador que modifiquem a arruinada economia nacional, que continua estruturada sob os mesmos interesses, os mesmos privilégios, os mesmos burocratas e os mesmos magnates de imperioso saneamento, e ainda as mesmas ambiguidades.

Ainda e só os trabalhadores deverão corrigir o rumo.

### As rendas das casas não aumentam, mas não basta

Embora desde há tempo fossem conhecidas algumas linhas gerais da legislação sobre o arrendamento da habitação e o sistema de rendas de casa, só agora essa legislação foi publicada, cremos que para entrar em vigor e ser cumprida.

Naturalmente que o proprietário dispõe de grande influência política e está solidamente protegido pelo regime jurídico e político, e tem grandes possibilidades de resistir a quaisquer inovações mesmo quando se impõem numa conjuntura revolucionária ou pré-revolucionária.

Muito embora a legislação agora apresentada contenha muitas facilidades de fuga, de portas falsas, e de modo algum atenua as enormes disparidades que são evidentes no inquilinato, o pouco que essa lei contém contrasta todavia com o tendencioso favoritismo de toda a legislação de há quatro décadas, pelo menos.

É pelo menos tranquilizador que tenha cessado o crapuloso sistema das avaliações fiscais, que as rendas não sejam aumentadas e que dalgum modo as rendas por que se vá alugar uma casa que já foi habitada não subam desafortadamente pela ambição do proprietário.

Não cremos que o sistema previsto para as rendas das novas habitações contribua de algum modo para a estabilização das mesmas nem que venha a incentivar, como se espera, a entrada de mais casas no mercado da habita-

ção. O promotor da construção continua a preferir, enquanto houver mercado, a venda por andares.

Para além das regulamentações agora instituídas permanece de pé, com toda a sua potencialidade, o Código Civil reaccionário pelo qual se regem os tribunais e todas as relações jurídicas, das quais se tiram muitos recursos de despejo que desarmam quaisquer medidas de protecção do inquilino.

Os senhorios e seus advogados já conhecem demasiado as portas falsas do decreto para que nos antecipemos a deduzi-los, mas não nos escapa de anotar a obscura inovação de se poder alugar casas com mobília.

Este processo já tem sido adoptado com muitos e crapulosos processos.

Para dar a este decreto algum vultamento prático é indispensável que os moradores se tornem fiscais da sua execução criando-se Comissões por rua ou bairros, representativas da população para proceder em todos os sentidos.

Isto até é um procedimento e base de uma verdadeira democracia em que o povo é ele mesmo a executar a lei sem precisar de papel selado.

A associação dos Inquilinos Lisbonenses emitiu para a imprensa diária um importante comunicado em que analisa as muitas debilidades da legislação publicada e insiste com grande intuição da actualidade na formação de comissões de moradores que podem ter uma acção notável.

## A QUESTÃO COLONIAL

Desde sempre a Organização Confederada se ocupou da Questão Colonial e com os variados problemas dela derivados. Os seus Congressos se ocuparam deles enquadrando-os nos problemas económico-sociais da Classe Trabalhadora. Onde lhe foi possível, organizou Sindicatos.

O Sindicato do Pessoal dos Caminhos de Ferro de Moçambique, com sede em Lourenço Marques, aderente à C. G. T., com o seu órgão na imprensa, o *Emancipador*, foi a expressão clara de quanto os problemas dos povos colonizados eram já preocupantes. Com a instauração do Fascismo todos esses problemas se agravaram.

O Sindicato do P. C. F. M. após uma greve de reivindicações foi dissolvido e o *Emancipador* proibido de se publicar. A quase totalidade dos seus militantes foram presos e depois deportados para a Metrópole, onde vieram participar noutras acções confederadas e sofreram nova deportação agravada com prisão no local.

Foram precisos vários anos para que surgissem outros movimentos, mas estes com características e objectivos diferentes variando de uma colónia para outra.

Guiné, Cabo Verde, Moçambique e Angola, assim como São Tomé e Timor, são expressões diferentes dos mesmos problemas nas suas linhas gerais.

Falemos hoje da Guiné, colónia com cerca de 36.000 Km de superfície e quatro etnias principais, Mandingas, Fulas, Balantas e Papeis. Solo relativamente fértil na cultura do amendoim e o arroz; alguma borracha e pouco mais.

Há 50 anos o comércio das suas principais culturas era feito por pequenos comerciantes que se deslocavam ao mato com tecidos de riscado e muitas missangas. Nas trocas com os pretos o dinheiro era ignorado. Este comércio feito por brancos, em grande parte antigos soldados analfabetos que por lá ficaram depois de terminada a comissão de serviço, impunham como argumento a antiga autoridade. E por pouco e de escasso valor drenavam para Bissau toda a riqueza da Colónia. Nunca estes pequenos comerciantes conseguiram fazer fortuna. Essa era reservada para os maiores, estabelecidos no Porto de Bissau e ali prepara-

## A CRISE POLÍTICA

### A reacção insiste

Quando os trabalhadores, e com eles a maioria do país, comentavam com pessimismo e certa acritude a benevolência governamental soltando os chefes sinistros da reacção quando proibiam as manifestações do pessoal da LISNAVE e dos TAP e os trabalhadores que responderam às provocações e despedimentos com a autogestão continuam abandonados, as forças reaccionárias totalmente incolumes tentam recuperar as alavancas do poder para de novo nos subjugar aos seus interesses.

Na hora decisiva, como no 19 de Julho em Espanha, os trabalhadores e os seus sindicatos tomam a decisão de ocupar a periferia da cidade para impedir a projectada avançada sobre Lisboa ao estilo fascista, a manifestação então ainda autorizada, contrariando assim por certo a manobra de aproveitarem a confusão numa confrontação com a população indignada para operarem um golpe de surpresa planeado em grande extensão.

É evidente que a reacção apenas perdeu as cadeiras do poder mas que conserva todo o seu potencial económico e político que continua a ser protegido por certo verbalismo político.

A conspiração decorria em profunda extensão aproveitando a ambiguidade do apregoado processo de democratização e a insensata oposição aos movimentos reivindicativos dos trabalhadores por mera ordem de cúpulas políticas. Só a decisão popular frustrou a conspiração cujas consequências só agora se nos revelam em toda a sua gravidade.

As declarações de general Spínola ao depor o seu mandato revelam a crise dum contexto por demais híbrido e de pura exaltação emocional que sustenta simplesmente um equilíbrio precário que se desfaz.

As fronteiras da democratização ainda não se vislumbram apesar de todo o delírio de uma vitória que, apesar de preciosa, continua muito precária.

vam o embarque das mercadorias dos pretos em pequenos navios mercantes de fraca tonelagem como o «Bolama», rumo a Lisboa.

Esse sistema de pequeno comércio foi substituído por outro sistema mais rendoso, mas não para os pretos, mas sim para alguns brancos, componentes do grande Colosso C. U. F. que se foi apoderando das terras, das gentes e da sua produção. Do antigo sistema uma só coisa ficou: a inexistência de moeda para facilitar o refinamento da exploração.

Ora este sistema poderia agora permitir, desde já, a criação de organismos socialistas com vista a pôr tudo ao serviço de todos. Assim, o que serviu ontem de instrumento de exploração serviria hoje de libertação económica e social. Estarão os militantes do P. A. I. G. C. mentalizados para aproveitar as condições especiais das gentes da sua terra? A terra pertence a quem a trabalha, não para dividi-la, o que daria origem a novos senhores, mas cultivá-la em sistema colectivo, tanto quanto possível libertário.



Sábado 28 — Os trabalhadores estão vigilantes junto do Palácio de Belém

COMANDAR  
A CLASSE  
OPERÁRIA

Não restam dúvidas, que para os partidos políticos, mesmo que eles se digam da extrema esquerda, a classe operária não tem maioria, não sabe bem o que quer, as suas aspirações de emancipação humana são muito vagas... No comício do M.R.P.P., foi lida uma carta de Saldanha Sanches, que sublinhava caber ao M.R.P.P. *destacamento de vanguarda da classe operária, conduzi-la na sua luta.* Nem mais, nem menos, o que é necessário é conduzir a classe operária. Quanto a nós, um dos principais objectivos dos trabalhadores é não se deixar mesmo conduzir, e que sejam eles próprios a tratar dos seus problemas, a planificar o seu futuro. Basta de condutores, basta de chefes geniais, basta de Stalines.

REVOLUÇÃO  
DEMOCRÁTICO-POPULAR

Também no mesmo comício do M.R.P.P., se falava na revolução democrático-popular. O Socialismo começa a ser esquecido pelo M.R.P.P., já faltava cá o patamarzinho da revolução burguesa nacional, etc. etc.. Afinal inicia-se uma linguagem parecida com a do P.C..

A SIDERURGIA:  
UMA EMPRESA  
RENTÁVEL

Segundo dizem os tecnocratas, a Siderurgia Nacional, pela sua capacidade produtiva baixa, e processos técnicos já hoje ultrapassados, está longe de ser rentável, em comparação com as modernas siderurgias estrangeiras. Pois é, mas esta amostra de siderurgia, tem uns lucros em percentagem do volume de vendas, que no ano de 1970, 71 e 72 se podiam comparar com as siderurgias dos Estados Unidos e, pasme-se, no ano de 1973, os lucros da siderurgia Champalimou, foram 2,7 vezes mais elevados que as americanas.

Com efeito veja-se os dados fornecidos pela República de 20 do corrente.

Tem razão o sr Champalimou ao pedir há poucos dias que não o chatassem.

CAPITALISMO  
DE ESTADO:  
UMA OPÇÃO?

De Piteira Santos, na República, (21 do corrente): *Parece não haver dúvidas que uma estratégia antimonopolista, se limitaria a condicionar o capitalismo, sorrindo aos grandes e protegendo os pequenos e médios empresários ou se desentranharia em medidas anticapitalistas.* E parece que a via anticapitalista independentemente de uma possível diversidade sectorial que poderá incluir áreas de cooperativismo, artesanal, industrial, agrícola, comercial, e da prestação de serviços e sectores em auto-gestão, pressupõe o desenvolvimento de um sector do capitalismo de Estado. Mas será esta opção anticapitalista aquela que conduzirá de facto à construção do Socialismo em Portugal? Perguntamos nós, os homens da Batalha, será necessário o degraú do Capitalismo de Estado? Para nós, seja privado ou de Estado, trata-se de capitalismo, dado que aos trabalhadores lhes será sempre negada a *mais valia*. E não adianta, virem-nos dizer que no Capitalismo de Estado essa «mais valia» virá a reverter para a Sociedade. Os exemplos de que assim não acontece, são já abundantes, pelo que se torna desnecessário enumerá-los.

QUANDO  
OS MONÁRQUICOS  
VIRAM SOCIALISTAS

Isto de Socialismo, está na boca de toda a gente. Nunca se viram tantos Socialistas. Todo o mundo é hoje Socialista.

Naturalmente que com esta inflação, o Socialismo acabará por ser esvasiado de todo o conteúdo. Isto vem a propósito, da declaração do Partido Carlista Espanhol, que aderindo à chamada Junta Democrática Espanhola, constituída em Paris (e agrupando na mesma *panela* o Partido Comunista, alguns socialistas, elementos da Opus Dei, etc. etc.), diz que preconiza a constituição de uma Espanha federal e a realização de um socialismo autogestionário, sindical, político e territorial.

Que nós sabemos, o único Socialismo autogestionário e de base sindical é aquele, que desde o século passado é defendido pelas organizações operárias sindicais espanholas de raiz libertária ou anarco-sindicalista, representada pela C.N.T. (Confederação Nacional do Trabalho). As tentativas de confusão-nismo continuam e alastram, sinal dos tempos!

A REESTRUTURAÇÃO SINDICAL

Como diziamos no nosso número anterior, «os sindicatos por demais solicitados para objectivos políticos que se centram no eleitoralismo, subordinando-se a interesses de coligações políticas, ainda não começaram os urgentes trabalhos da sua verdadeira reestruturação».

Para a formulação das reivindicações, especialmente a nível de empresas ou de indústrias definidas, continua a verificar-se a intervenção de inúmeros sindicatos, que na sua maioria dificultam tanto as negociações como muito especialmente a natural e espontânea solidariedade dos quadros do pessoal pela intervenção de diversos sindicatos, cada uma com as suas direcções mais ou menos conscientes, às vezes influenciadas ainda por certos funcionários sindicais cujas obediências nem sempre se definem.

Desta prolixidade, derivada por intervenção certa do corporativismo fascista, resultam os dramas de dessecação, de desacerto e por vezes de rutura da coesão sempre necessária nas lutas dos trabalhadores. E já é elevado o número dessas roturas.

Queremos agora abordar outro problema crítico das estruturas sindicais que ainda não obtiveram a atenção e a decisão necessárias à sua modificação: o âmbito sindical, ou, digamos, a área de acção de cada sindicato, erro em que se persiste com uma triste mentalidade dos tempos do corporativismo.

No início dos chamados *sindicatos nacionais* estes tomavam como área da sua jurisdição o distrito, mas como não se constituíram a um ritmo de entusiasmo generalizado mas exclusivamente ao acaso do aparecimento de alguns aventureiros que sonhavam com a prebenda de procuradores à câmara corporativa, muitas áreas do país ficavam desprovidas de sindicato, e isso ajudou os «presidentes» a quererem alargar a sua influência e as cotizações e foram pedindo ou alargamento de âmbito a outras áreas ou, a partir de certa altura, quando se formava um sindicato era logo para abranger todo o território nacional e insular.

Nos estatutos desses sindicatos, no geral sem assembleias para a livre intervenção dos associados, só as direcções ou os «colégios eleitorais» tinham existência ou voz e decidiam descrençadamente em nome duma classe dispersa por membros, longe das sedes que jamais eram ouvidas nem atendidas.

Mas na optica do corporativismo isto estava assim previsto, mas o contraditório é que continue assim; que os sindicatos de âmbitos vastos ainda não têm qualquer via de expressão para os núcleos de trabalho por onde se dispersam os seus membros. E quando algum sistema se improvisou, os que conhecemos, de modo algum tem qualquer aparência de democrático.

Mas se ainda nada se fez para reestruturar o nosso sindicalismo também é certo que ainda não alterou muito a mentalidade de muitos, digamos, «dirigentes sindicais» que continuam a gravitar na mesma estrutura sindical e com a ideia da elefantíase, sindicatos muitos grandes, numerosos em sócios, com grandes cotizações, como os que são bons «em força e em recursos» ainda que à custa da proscricção das populações sindicais que se situam além da localidade das suas sedes.

É certo que no movimento operário internacional existem vários critérios de organização sindical: os que pensam nas grandes organizações, de muito dinheiro e espantando por milhares de aderentes, propícias à criação de vultuosos quadros de funcionários sindicais que automaticamente se elevam a posições dominantes; para os quais a livre expressão da vontade dos sindicalizados é incómoda e não conta, e nela continua a incorrerem a maioria dos nossos sindicatos; outra, a dos sindicatos de expressão revolucionária para os quais conta a cooperação e participação activa de todos os seus membros, os sindicatos pouco mais alcançam do que o âmbito local ou até ao concelhio, e mesmo assim estruturando-se absolutamente sobre os conselhos de fábrica, base da organização do sindicato, onde todos os trabalhadores se reúnem e deliberam sobre a acção e destino sindical.

Este facto complica-se mais quando são sindicatos profissionais de âmbito nacional e cujos membros se repartem por diversas indústrias. Nos casos frequentes de movimentação reivindicativa quantas dificuldades se levantam para os sindicatos tomarem contacto ou os sócios chegarem a saber do sindicato.

A não ser que, como todas as movimentações operárias são consideradas «oportunistas e obra de reaccionários e prejudiciais ao processo de democratização», este infantilismo sindical esteja também «programado».

Saudação

*Camaradas: É do Brasil, país irmão, que lanço o meu apelo a todo o proletariado em geral para que cerrem fileiras junto da CGT e se organizem para que como um só homem junto da Junta de Salvação Nacional e do exército que derrubou o fascismo em Portugal o coloquem no lugar a que tem direito, e que durante 48 anos foi vítima de uma ditadura que nos colocou no mundo inteiro como o país mais atrasado.*

*Só unidos conseguiremos derrubar as esperanças que os fascistas que se escondem detrás dos bastidores esperam dar o contra-golpe; as experiências anteriores nos obrigam a aconselhar que todo o cuidado é pouco, e não podemos consentir numa nova dinastia fascista.*

*Só devemos obedecer às organizações operárias organizadas, por intermédio dos seus militantes o que deve ser feito: tudo o que apareça pelas ruas é ainda organização de elementos da extinta Pide pagos pelos truts capitalistas.*

*Não esquecer camaradas que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos mesmos e não de outros.*

Brasil Londrina, Agosto de 1974

Júlio Duarte.

**Trabalhador!  
converge  
a tua acção  
para o Sindicato,  
e defende-o  
de qualquer  
tutela política!**

Em % do volume de vendas

	1970	1971	1972	1973
Estados Unidos.....	2,9%	3,1%	3,6%	4,4%
Siderurgia Nacional.....	2,5%	3,8%	3,4%	11,8%

Leia

A BATALHA

Comunicado dos trabalhadores da FRIANTÁRTICUS

CAMARADAS!

Os Trabalhadores da Friantárticus de Cascais ocupam desde o dia 19 de Julho as instalações da Empresa, tentando vender os poucos produtos que restam, para suprir a falta de pagamentos dos salários vencidos, pois a Administração abandonou simplesmente a Empresa demitindo-se um após outro, deixando os trabalhadores em situação desesperada. A Empresa, que trata e congela produtos alimentares (fava, peixes legumes etc.), tem dívidas que rondam 40 000 000\$00. Os patrões Abel Almeida Araújo, eng. Santos Paiva que nunca administraram coisa alguma chegaram ao ponto de nem pagarem os descontos para a Caixa de Previdência, Fundo de Desemprego roubando descaradamente os trabalhadores pois a estes os descontos legais foram feitos.

Após algumas vendas bastante fracas dos produtos verificou-se que era difícil nesta altura do ano quando abundam produtos frescos a venda nas ruas directamente ao público, de todo o que resta, dado que só em cantinas ou vendas maciças em fábricas se conseguirá receitas, para acudir, embora precariamente, a todos os camaradas da Friantárticus, alguns dos quais não recebem salários há 5 semanas.

A nível oficial respondem-nos: nada se pode fazer. Por outro lado somos cerca de 50 trabalhadores, o que torna a nossa luta bastante limitada. Em todo o lado nos dizem que esperemos, que

tenhamos calma. Para quem tem dinheiro para viver é fácil recomendar calma, mas muitos de nós não terão dinheiro para pagar a renda da casa, dentro de dias, o crédito nos estabelecimentos vai sendo difícil, pois os comerciantes tem medo de não receber. Os patrões sugam-nos a carne, explorando-nos o máximo que lhes é possível (muitas vezes nos obrigaram a trabalhar dia e noite) gozam a vida com os lucros que lhes damos, e depois quando as coisas não lhes correm bem, ou quando estão mais interessados, noutros investimentos, deixam-nos na miséria e vão sorridentes tratar doutros negócios. Os trabalhadores, por estudos feitos pela comissão, podem afirmar que a Empresa é rentável e que só não o foi por má Administração. Os trabalhadores nem sequer fizeram reivindicações, apenas lutaram para não ficarem na miséria sem emprego e sem salários já vencidos. Neste momento só contamos com a solidariedade dos camaradas doutras Empresas. Não recorremos a esmolas de burgueses. Não mendigamos aquilo a que temos direito. Lutamos, e apelamos para outros camaradas, pois só os trabalhadores compreendem e apoiam as lutas dos outros trabalhadores. Só o apoio dos trabalhadores de uns aos outros poderá criar novas formas luta para enfrentar os capitalistas que, com manobras reaccionárias ou estúpida Administração, lançam do desemprego milhares de companheiros.



O pessoal do Jornal do Comércio vigia as instalações do jornal

## Duas concepções diferentes de Sindicalismo

### ELEIÇÕES NO SINDICATO MÉDICO

A secção regional do sul da Ordem dos médicos tinha visto suspensos em 1972 os seus corpos gerentes, por razões políticas. Em 26 de Abril, após expulsão do curador fascista, a direcção destituída reassumiu funções, sendo-lhe conferido, em assembleia regional, mandato para levar a cabo a reorganização da Ordem.

Pouco depois, um grupo de médicos que se intitulou «comissão pró-sindicato», pediu realização urgente de eleições para corpos gerentes, proposta que foi aprovada em assembleia regional.

Surgiram assim duas listas divergindo à partida quanto à oportunidade dessas eleições. A lista «A» julgava-as prematuras por se aguardar uma definição da política sindical do país e por crer prioritária a reestruturação da Ordem; a lista «B» que incluía os elementos da «comissão pró-sindicato», entendia que se impunha eleição de novos corpos gerentes para a reestruturação da Ordem. Muito mais importante foi a divergência quanto ao significado e métodos da acção sindical. A lista «A» defendeu um sindicato aberto, livre, não vinculado partidariamente. O seu lema foi «sindicalismo médico de base», isto

é, uma valorização da actividade sindical nos locais de trabalho (hospitais, empresas, etc.), assembleias distritais e regionais, outras comissões e grupos de trabalho. A direcção caberia essencialmente a coordenação e integração da actividade nas bases. Para tanto propunha-se dotar as estruturas sindicais de formas organizativas que permitissem de facto o controle das decisões sindicais desde a base até ao topo (delegados sindicais eleitos pelas bases, etc.).

A «unidade sindical» que a lista «B» tomou por lema foi concebida como uma coalizão, no seio da Ordem, de alguns grupos políticos representados no governo provisório, daqui se deduzindo abusivamente uma pretensa identificação com o programa do M.F.A. Na realidade confundiu-se uma coligação partidária restrita com unidade sindical.

Em resumo: A lista «A» situou-se na linha de autonomia e democracia sindicais tradicional no nosso meio (antes do 28 de Maio), autonomia política de que a Intersindical se afirma ainda defensora. Pelo contrário a lista «B» defende um sindicato dependente, organismo anexo, de facto, de partido ou partidos, privado duma livre dinâmi-

ca interna. Tal situação conduz não à unidade mas à fragmentação sindical de acordo com os grupos ideológicos influentes.

Não acreditamos porém que a vitória da lista «B» (1973 votos contra 600) se deva a uma opção deste tipo. Os factores decisivos devem ter sido a denúncia pela lista «A» das formas tradicionais do exercício da medicina, insistência na necessidade de desmantelamento dos Serviços médicos-sociais das Caixas de Previdência e dos esquemas assistenciais tipo A. D. S. E. e a sua substituição por um Serviço Nacional de Saúde unitário, eficiente, ao serviço da totalidade da população, medidas que de certo reduziriam os proventos duma fracção significativa da classe. Isto em face duma posição favorável à clínica livre e à manutenção, com alguns reajustamentos, dos sistemas assistenciais vigentes, defendidos pela lista «B» colectivamente, ou individualmente por alguns dos seus membros.

Para a lista «B» o Serviço Nacional de Saúde destina-se «a uma classe que não tem possibilidades económicas para ir a uma clínica privada», distinguindo-se portanto duma socialização da medicina.

## O DRAMA CHILENO

A Intersindical reuniu em Plenário para deliberar do apoio a dar à manifestação de apoio ao povo do Chile.

O Secretariado informou que a Conferência Municipal de apoio ao povo chileno já não realizaria as sessões previstas por não ter havido decisivo apoio das organizações mundiais contactadas, a Confederação Mundial do Trabalho, a Conferência Internacional dos Sindicatos Livres e a Federação Mundial, a única, declararam, que deu o apoio total. A primeira manteve uma passividade e a CISL considerou impraticável no tempo pois, dizia, a conferência sobre o Apartheid levava dois anos a preparar.

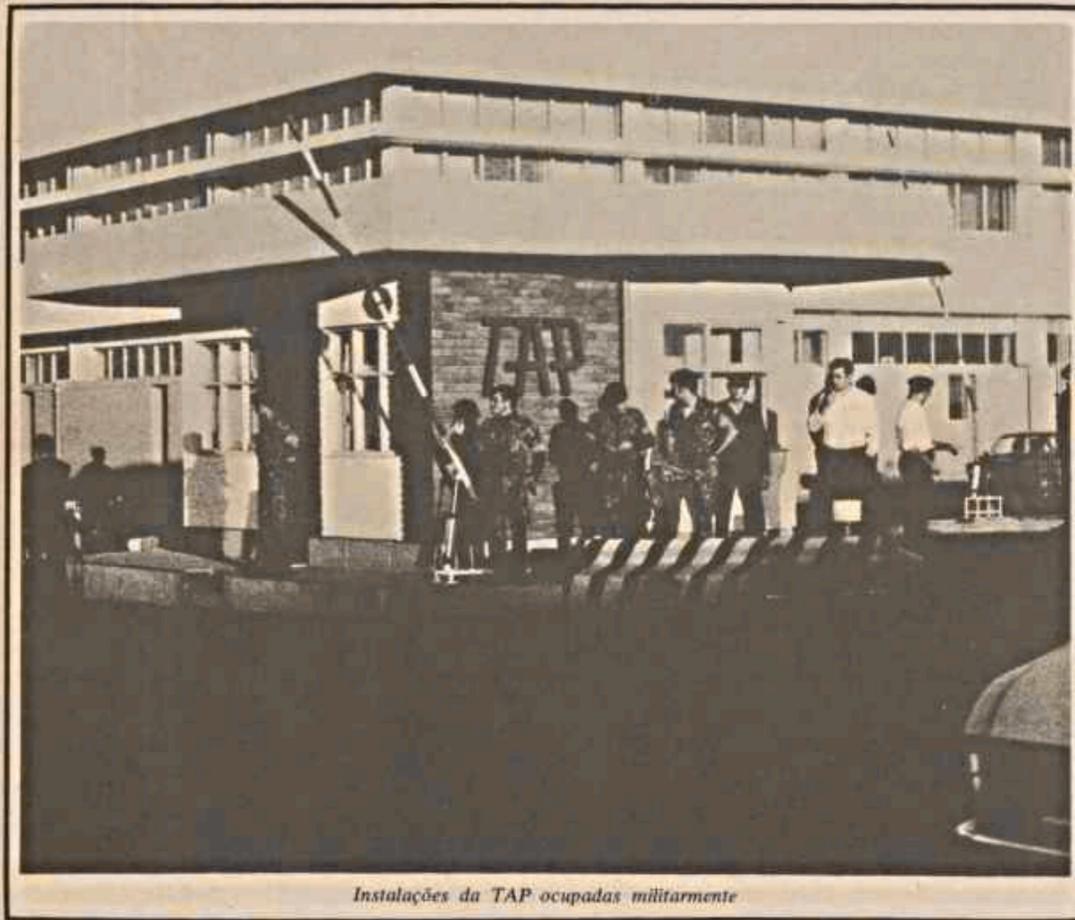
A este respeito falou Eduardo Rojas, vice-presidente da CUT, central única dos trabalhadores do Chile, declarando que a central era unitária mas com diversas correntes; do mesmo modo entendia que o apoio e o auxílio internacional também teria de ser unitário pois não se deveria reacender a divisão; pois se fosse só a FSM a apoiar a Conferência poderia ocasionar no Chile divisões entre os trabalhadores da CUT, e assim a comissão organizadora decidiu, segundo o secretariado, a não a realizar embora isso significasse uma vitória para Pinochet pois interessava principalmente uma condenação formal do seu regime por todos os trabalhadores. O Secretariado explicou em conclusão que este boicote tinha sido empreendido pelos monopólios internacionais que fizeram pressão sobre as Centrais sindicais mundiais.

Informou ainda da atitude do PS que foi convidado, juntamente com o PC e o PPD, a apoiar a Conferência, e o elemento que falava explicou que a comissão organizadora era composta inicialmente pelo Conselho português para a Paz e a Cooperação, o MDP, MDM, MJT e a Inter e que havia sido dito que essa composição era definitiva. E esclarecia: se os que aderiam iam entrando também para a comissão nunca mais se avançava em trabalhos, método que havia sido fixado na primeira reunião da C. organizadora. O PS, que deu a sua adesão, veio depois propor telefonicamente que a resolução que fixara a composição teria de ser alterada e incluída na comissão organizadora a LUAR, a Liga dos Direitos do Homem, os Centros de 25 de Abril, o MES e os sindicatos dos motoristas, da marinha mercante, dos químicos e dos portuários, e acabou por afirmar que a comissão não aceitara tal proposta e «só o PC apoiara a acção a favor do povo do Chile». Os delegados dos sindicatos citados declaram não terem sido convidados.

Depois deste conflito de preponderâncias, o secretariado apresentou finalmente uma proposta sentimental de uma paragem de 5 minutos no trabalho às 11 horas do dia 11 para derrubar o Pinochet, sem se lembrarem que iriam promover uma paragem de trabalho que está expressamente condenada. Foram apresentadas mais duas propostas, mas a primeira é que foi aprovada por 25 votos, 5 a favor da segunda proposta e 13 a favor da terceira.

Depois desta resolução inofensiva falaram ainda vários intervenientes evocando a figura simplória do Allende, do drama da sua queda e do terror fascista, mas ninguém tirou dessa triste experiência chilena, de reformismo legalista e bem comportado que também aqui se quer praticar, as verdadeiras conclusões, desse desastre chileno exemplar, mas que se quer sobretudo ocultar.

O Plenário da Intersindical sobre o Chile nenhuma ressonância teve além do ruído da manifestação, mas traduziu bem o precário reformismo que por lá se manifesta.



Instalações da TAP ocupadas militarmente

## SOBRE O SINDICATO DOS CONTÍNUOS

1. Decorridos dois meses sobre a sua conquista, muito se passou no Sindicato dos Contínuos, Porteiros e Profissões Similares.

Este Sindicato só passou a ser conhecido, e reconhecido como tal, após movimentações da classe que para lutar pelos seus direitos não hesitou em fazer duas greves, ambas vitoriosas, a primeira das quais movimentou 7 000 trabalhadores.

2. Além de todo o processo de reorganização interna e de contratação colectiva que se está a efectuar em todos os Sindicatos do país, este debate-se com um problema que, tratado levemente, porá em causa toda a sua movimentação sindical futura: A ignorância por parte dos trabalhadores dos seus direitos e deveres.

Para isso contribuem os seguintes factores:

2.1

A grande percentagem de analfabetismo entre os Associados. Dos 18 000 que comporta 1/4 são analfabetos (na sua grande percentagem mulheres);

2.2 Pelas suas origens sociais. Originários da província, habituados a

relações semi-feudais com os senhores da terra e por conseguinte resultantes de migrações, ou seja, da derrocada económica do nosso meio rural. É necessário notar também que como são de origem camponesa não têm, consequentemente, um ofício;

2.3 Pela posição sócio-profissional que ocupam na sociedade. São os contínuos tão nossos conhecidos — do copo de água e do maço de tabaco! — enfeudados a chefes e directores de quem são, autenticamente os «criados». São os Serventes de limpeza — nome pomposo por que são chamadas a nível contratual as também nossas conhecidas «mulheres-a-dias» — que limpam a porcaria que fazemos no dia a dia. E são os outros sectores — Porteiros e Vigilantes, Arrumadores e Empregados de Bengaleiro nos Cinemas, etc.

É toda uma classe profissional cujo trabalho «não se vê» — Quem repara nas vezes que um contínuo sobe e desce as escadas? Quem nota a limpeza dos cinzeiros e secretárias, de manhã?

3. Mas qual é a origem de tudo isto? Sem quererem generalizar podemos dizer que na «terra» não há trabalho e ei-los a caminho de Lisboa!

Com fraca ou nenhuma escolaridade só têm dois caminhos a seguir:

1) Trabalhos pesados;

2) Trabalhos leves;

Assim, quem não quer ser pedreiro, carregador de armazém ou coisa do género procura um lugar de contínuo pois além de não ter ofício não possui, em geral, idade para ser aprendiz. Se considerarmos ainda que o vencimento é pequeno e a família, em geral numerosa, precisa de comer, compreendemos perfeitamente a razão por que as mulheres desses mesmos trabalhadores têm, por sua vez, de trabalhar deixando os filhos ao cuidado de irmãos mais velhos ou vizinhas quando, e sobretudo nos primeiros anos de vida, a mãe é indispensável para o bom desenvolvimento da criança. Este problema torna-se ainda mais complexo se considerarmos que estes trabalhadores, ou melhor sub-trabalhadores (como são considerados) têm um ordenado tão irrisório que mesmo considerando o total dos vencimentos (marido e mulher) este só lhes permite o aluguer de casas em dormitórios (isto na melhor das hipóteses) ou nos chamados «bairro-da-lata».

Nota-se acerca das mulheres que estas se encaminham, na sua maioria, para serviços de limpeza — verdadeiro

mercado de trabalho onde os patrões têm lucros fabulosos aproveitando-se da sua fraca compreensão acerca dos seus direitos e deveres (foi com as Serventes de limpeza que o Sindicato fez a primeira greve adquirindo um C.C.T. que beneficiou em 250% os trabalhadores). Ainda assim no dia-a-dia encarregadas e superiores conseguem amedrontá-las com as suas ameaças. Há que dizer que para ganhar o seu pão deixam as suas casas às 4 ou 5 da manhã para pegar ao serviço ou largam-no às 23 ou 24.

4. Depois do que atrás ficou dito fácil se torna compreender o que espera o Sindicato.

Não basta falar de Sindicalismo em abstracto. O que é isso de Sindicalismo? É preciso explicar a diferença entre Organização Sindical fascista, por profissões, (fazendo com que haja na mesma empresa ou oficina vários sindicatos) e a Organização Sindical revolucionária por ramos de actividade. Damos como exemplo desta última o Sindicato dos bancários e o dos Seguros onde os contínuos, os escriturários, os electricistas, etc. pertencem ao mesmo Sindicato. Relembrar logo em seguida que só através desta Organização

foi possível fazerem-se greves durante o tempo do fascismo.

É necessário falar do dia-a-dia. Dizer para que existem as encarregadas. Temos que nos impor nos locais de trabalho. Não ir buscar cigarros e copos de água. Ensinar a «fazer cera» com fins reivindicativos e não por moleza ou calanzice. Dar exemplos simples e tirados do quotidiano. Falar de maternidade. Enfim, falar de tudo.

Mas que meios escolher para contactar e fazermos-nos compreender por pessoas na sua maioria analfabetas ou que só têm à sua disposição jornais desportivos, durante tanto tempo que qualquer outra informação escrita deixa de ter significado? A prática ensinou-nos que o único meio é fazer pequenas reuniões de trabalhadores da mesma Empresa falando-lhes primeiro de problemas que não lhe dizem directamente respeito e em seguida explicar dizendo repetidas vezes a mesma coisa e exemplificando aquilo que sabemos que irá despertar a sua atenção e fazer aflorar a sua personalidade. É este o problema n.º 1 do Sindicato. Ao mesmo tempo tem de fazer-se a sua educação sindical cuja base é sempre a mesma: Os

(Cont. na pág. 7)

À medida que este processo se consolida e se desenvolve, a propaganda da sua luta torna-se cada vez mais necessária. Muitas vezes as vendas à porta de fábricas transforma-se em comício e elas têm que tomar a palavra. A venda é importante para continuar a receber o salário, mas a luta só pode prosseguir com a mobilização da opinião pública, com a solidariedade dos outros trabalhadores. É portanto decidido criar outras comissões: para escrever um jornal (o «Jornal da SOGENTAL» de que saíram 2 números; para manter o jornal de parede e para ocupação dos tempos livres (com reuniões com outros trabalhadores, passagem de filmes de luta, colóquios e discussões sobre colonialismo, sobre os sindicatos etc). E mais uma vez é decidido que estas comissões sejam rotativas.

E quando em 24 de Agosto o patrão francês protegido por um comando armado de 14 pessoas e 2 cães e tendo comunicado ao Governo Provisório o que ia fazer, tomou conta da fábrica, a resposta não se fez esperar. A violência revolucionária apareceu espontaneamente, sem considerações teóricas. As operárias da SOGENTAL com o apoio de cerca de 2000 pessoas do Montijo e Alentejo deram o assalto à fábrica e apesar da utilização de gases lacrimógenos e de disparos pelo comando patronal, só a intervenção do COPCON permitiu a sua salvação.

Importa salientar, em todo este processo, facto das operárias da SOGENTAL terem reagido a cada situação e encontrando as fórmulas mais adequadas sem uma prévia consciência política dos problemas.

Esta aparece essencialmente depois de durante, na luta. E hoje estas trabalhadoras são capazes de discutir, de compreender coisas ou situações que a outros nem vários anos de universidade chegariam!

E esta consciência política não se limita ao que vulgarmente se considera política (Governo, partidos, patronato com os quais as raparigas da SOGENTAL tiveram tantas dificuldades), mas alargou-se nos outros aspectos da vida quotidiana.

Se por um lado verificaram que o Governo Provisório e em particular o Ministro do Trabalho não as ajudava (permitindo mesmo o comando fascista do patrão) e os partidos igualmente verificaram por outro lado que a imprensa ou se calava ou deformava as informações que recebia. Mas também se aperceberam que a família, que a «autoridade» paternal ou marital constituía no seu caso concreto um aliado do patrão. Na verdade a luta contra o

capitalismo obrigou-as a baterem-se contra essa autoridade familiar, contra os preconceitos de uns e de outros. Na verdade por vezes foi preciso impôr-se aos pais e maridos para poder continuar a participar nas saídas de propaganda ou de vender ou para vir ocupar a fábrica durante a noite. Houve mesmo casos que exigiram a intervenção duma comissão de trabalhadores para discutir com os familiares.

É por tudo isto que as trabalhadoras da SOGENTAL são um símbolo e um exemplo. E como dizem no seu Jornal n.º 2 a experiência de autogestão permitiu-lhes verificar o quanto esta forma de luta as fez avançar e como ao mesmo tempo ela é impossível realmente numa sociedade capitalista.

A luta das 48 trabalhadoras da SOGENTAL é hoje uma das mais conhecidas sobretudo por todos aqueles que não se limitam a ler a imprensa diária.

Em luta aberta desde meados de Maio, essas raparigas entre os 17 e 20 anos (a maioria) são hoje um símbolo da classe operária portuguesa e um exemplo sobre as possibilidades e os limites da autogestão. E isso apesar de em Maio não saberem quase nada de política e de nunca terem ouvido falar da autogestão, segundo dizem elas mesmas.

Vejamos, pois, como a própria luta as leva progressivamente a tomar posições cada vez mais avançadas.

Em meados de Maio, apresentação dum caderno reivindicativo onde se pede, já, um aumento igual para todas as operárias. O patrão recusa e elas respondem com a baixa de produção. Entretanto sai a lei do salário mínimo que lhes concede aumento maior que o que elas reivindicavam. Porém o patrão anuncia que a fábrica tem de fechar em 31 de Julho, dado o facto de o salário mínimo ser muito elevado. E declara mais que não pagará os salários a partir de 15 de Maio, dada a baixa produção das operárias.

As trabalhadoras discutem a situação numa assembleia e decidem:

1.º — ocupar a fábrica, dia e noite, para salvaguardar tudo o que lhes pode garantir os salários em atraso, isto é, a produção já acabada (fatos de treino), as matérias primas (tecido) e as máquinas;

2.º — dar o prazo de uma semana para o patrão pagar os salários em atraso.

É assim que no dia 12 de Junho de 1974, findo o prazo, as trabalhadoras da SOGENTAL, passam a vender elas mesmas os fatos que produziram e assim pagar os salários atrasados. É curioso salientar que no mesmo dia de

1973 os trabalhadores de LIP, em França, tomaram a histórica decisão de vender os relógios que tinham fabricado, desafiando assim todas as leis da burguesia.

Portanto as jovens da SOGENTAL organizam a venda, nomeando uma comissão para tal efeito; mas há que continuar a fabricar fatos de treino e também que assegurar a contabilidade das vendas, dos salários e da caixa. Tudo isso são tarefas novas, tarefas de «especialistas». É decidido que uma comissão se ocupará de cada uma dessas tarefas e também que elas sejam votativas. Cada trabalhadora devia passar 15 dias na venda, transformada de resto também em acção de propaganda da sua luta: 15 dias no escritório e 15 dias na produção. Esta decisão é tomada não só como resultado dos problemas (sobretudo familiares) que levanta o partir durante alguns dias a fazer vendas, mas também para permitir que todas as trabalhadoras conheçam todos os problemas da fábrica. Nas Assembleias cada uma está, pois, em condições de participar, com conhecimento de causa, em todas as discussões e decisões.



Na Sogental — Pessoal no seu local de trabalho em auto-gestão

não interessa a situação da classe trabalhadora, não importa as suas lutas, não importa a sua formação, a sua consciencialização para se tornarem homens livres. Interessa-lhes — isso sim — arranjar quem vote e, sobretudo, quem vote neles. Apenas isto. Ora tudo isto se paga com juros. O «J. C.» já está a senti-lo.

5 — O processo de luta dos operários do JORNAL DO COMÉRCIO destruiu pela base e por extensão, a tese dos crêpusculos de esquerda, que baseiam a sua acção revolucionária na tese, aliás contra-revolucionária, da formação de vanguardas dirigentes, negando assim a consciência e acção revolucionária do proletariado como um todo. Podem estar os trabalhadores do «J. C.» certos de que se foram apoiados por estes grupelhos, foi porque vinham em causa os partidos reformistas e não por que eles concordassem com as suas (dos trabalhadores) formas de luta. Os moldes libertários deste tipo de luta aparecem-lhes como extremamente odiosos.

6 — É, precisamente, no ponto anterior que se situa o «pecado» dos operários do «J. C.» aos olhos dos seus inimigos, pois ao mostrar que é possível e mais do que possível, realizável, um tipo de luta operária fora de qualquer enquadramento sindical ou partidário, esta greve veio trazer um contributo inestimável para a formação da consciência do operariado, ao mesmo tempo que estabelecia não, talvez, o pânico, mas o receio nas hostes dos grupos capitalistas. Graças ao «J. C.» como o Champallimaud, e outros durmam mais nenhuma noite a sono solto.

7 — Ainda que sejam derrotados ou saiam vitoriosos deste confronto, a greve permitirá corrigir soluções, resolver problemas, ou seja, aperfeiçoar formas futuras de luta; ainda que sejam derrotados, ainda que cedam (esperemos, ainda, que isso não aconteça), isso inscrever-se-á no activo do processo revolucionário e não no passivo.

Nestas lutas que se travam para a instauração de uma sociedade socialista e livre, isto é, sem autoridade de nenhuma ordem, perder uma batalha, é, ainda, contribuir para ganhar a guerra, porque em cada batalha, ainda que ingloriosamente perdida, o capitalismo é posto em cheque, os seus alicerces abalam, treme. Foi isso que aconteceu, melhor, é isso que acontece.

# campos, fábricas

Continuam sem solução muitos dos movimentos de diversas classes e empresas, e outros se vão sucedendo e dos quais decorrem acontecimentos de grande importância.

Continuam sem solução conflitos como os da Sogental, Frantartic, Jornal do Comércio e muitos outros mais, e assumem extraordinário relevo e gravidade o dossier TAP e o da Lisnave, como noutra extensão a dos rurais de Évora.

Enquanto o chamado processo de democratização, tão falado e usado como impugnador de certas reivindicações operárias, não encontra igual estilo na sua solução, usando num lado medidas unilaterais de força e noutros uma estranha passividade, em contrapartida produziu prontamente a lei regulamentar das greves que pretende decepá-las.

Acentua-se sobretudo que esses movimentos vão assumindo notável relevo como afirmação de consciência da classe operária e da sua solidariedade como arma complementar da sua defesa e das suas reivindicações, mas também vamos assistindo a manobras de certas células que pretendem desmoralizar as acções votadas em plenários e que se apresentam com elevado nível de

## EM ÉVORA

### Os trabalhadores rurais lutam

Apesar de terem sido firmados contratos colectivos de trabalho para os trabalhadores rurais e aceites pela Associação Livre de Agricultores, começaram desde logo a serem sofismados pelos proprietários agrários e em termos conflituosos.

Como esses contratos tinham sido fixados até 31 de Agosto os proprietários atrazaram intencionalmente os trabalhos das colheitas, das limpezas das árvores, provocando o desemprego e doutro modo provocando escassez de produtos numa criminosa intenção de gerar um mal estar geral.

Os trabalhadores rurais justamente recusaram trabalhar por jornas inferiores às fixadas no contrato generalizando a greve até onde este não é cumprido.

Os proprietários também já utilizam a acusação contra os trabalhadores de estarem a fazer uma «greve selvagem», que aprenderam noutras acusações derivadas doutros sectores.

A situação torna-se muito grave ameaça estender a paralisação dos rurais a todo o distrito de Évora, calculado em cerca de 60 mil trabalhadores.

O ministro do trabalho deslocou-se a Évora para resolver o diferendo e decidiu novos salários, mas aumentou a jornada de trabalho de 44 horas semanais para 48. Concedeu a verba de 500 contos, a retirar da verba depositada na CGD de «um dia de salário para a Nação» para «ajudar alguns mais afectados pela crise».

Sempre o grande e sempre abandonado problema do Alentejo. Os grandes proprietários dominam toda a máquina política e administrativa da província onde ainda permanecem quantos serviram o regime salazarista. Agora, e ao mesmo tempo, recusam pagar os salários convencionados, param os trabalhos e ocorrem impunemente incêndios de searas, ou o abandono de culturas e despedimentos. É uma clara contra-ofensiva aos trabalhadores, fazendo recrudescer e desencadear os grandes conflitos.

Também foi em Évora que começou a processar-se o divórcio entre a República recém-nascida e transigente com os potentados latifundiários ao desenrolarem-se os trágicos acontecimentos de 1912 em que muitos rurais perderam a vida.

Não se pense que o problema alentejano se possa conformar tão largamente num vago «processo de democratização» como o recomenda a coligação ou que possa ser adiado apenas evocando o martírio de Catarina Eufémia que, na verdade simboliza todo o dramatismo dos campos alentejanos. E doutro modo não terá carácter de solução donativos que seriam muito mais significativos se fossem entregues directamente pelos trabalhadores com fim solidários e não benéficos.

BALEIZÃO não é só isto!

A BATALHA

## «JORNAL DO COMÉRCIO»

### — o capitalismo tremeu

1 — A greve dos operários do «JORNAL DO COMÉRCIO» continua. E continua bem, embora arrostando com tempestades e pressões, as mais variadas, resultantes de toda uma série de manobras, visando o isolamento e a condenação pela opinião pública, consequentemente, pelo resto do operariado, do pessoal deste jornal. Continua e continuará, pese, embora, a falta de solidariedade material e mesmo moral que certos sectores lhe deveriam prestar e o não fazem por porem acima da luta de classes, interesses e obediências partidárias; pese, embora, a falta de apoio de certos partidos eufemisticamente designados por «partidos operários» e que mais não são, afinal, do que máquinas montadas e dirigidas com o fito de unicamente atingirem o poder, desfazados das lutas operárias e por elas ultrapassados; pese, embora, finalmente, a pretensa neutralidade do Governo Provisório — que se admita a neutralidade quando há equilíbrio de forças ainda vá que não vá, mas quando isso não acontece, como é manifestamente o caso, então a ausência de uma tomada de posição clara e concreta, mais não é do que uma forma de arbítrio e da protecção do mais forte.

Por tudo isto, é mais do que urgente, que os trabalhadores se unam em torno do «J. C.», assim como de outras lutas operárias actuais, caso da TAP, por exemplo, e lhes prestem todo o auxílio monetário possível e todo o apoio moral indispensável para se obter uma vitória, que será afinal, de toda a classe

trabalhadora, pois a luta de um trabalhador é a luta de todos os trabalhadores.

2 — Qualquer que seja a duração e o desfecho desta luta que os operários do «J. C.» sustentam, algumas ilacções se podem desde já tirar, na certeza de que elas não serão desmentidas pelo desenvolvimento posterior da luta.

3 — A primeira destas ilacções foi o desmoronar de todas as ilusões, que, nascidas depois do 25 de Abril, ainda cabiam no pensamento de muitos. A greve do JORNAL DO COMÉRCIO ultrapassou-se, para se transformar numa luta de toda a classe operária, contra os grupos capitalistas em Portugal e para mostrar que estes não cederam sem luta. Posteriormente, o processo de luta nos TAP, mostrou de que lado estava o Governo e até onde estava disposto a levar os saneamentos.

Ao desvendar isto, o «J. C.» prestou um inestimável serviço à classe operária, pois é bom que se saiba quem são os inimigos e quem os seus amigos.

4 — A greve do JORNAL DO COMÉRCIO arrancou, também lhe devemos isso, as máscaras que os partidos políticos da esquerda reformista usavam e esclareceu quais são os interesses que, afinal, defendem. Lançou, também, claridade sobre as meias-tintas, a semi-obscuridade que nimbava a acção destes partidos e que eles procuravam e procuram manter, com a cumplicidade dos órgãos de informação, por eles controlados, até ao momento das eleições. A estes partidos

consciencialização e solidariedade. Queremos neste caso destacar a greve de solidariedade dos órgãos da informação para com os trabalhadores do Jornal do Comércio e a decisão firme, ativa e marcante do pessoal da LISNAVE.

Merece especial relevo a tomada da fábrica da SOGANTAL e da APPLIED em que as mulheres não lutam apenas pelos seus direitos postergados como também já têm de lutar contra malsinações e maquinações a que têm sabido resistir dignamente.

Porquê o governo de coligação com partidos «operários» tem decisão para impor pela força uma militarização nos TAP, e não tem a menor decisão para dominar as manobras impunes das gerências da Sogantal e Applied, por exemplo, e ficará ainda incerta a situação dos trabalhadores rurais.

Repudiamos sobretudo a insistente e malévola acusação de serem manobras da reacção as justas e legítimas reivindicações dos trabalhadores, já com muitos antecedentes do mesmo tipo: antes de 1910 as greves operárias eram obra dos republicanos, depois de 1910 passaram a ser obra dos monárquicos; mais tarde eram os comunistas, agora a reacção. Este é o exemplo constante e igual de qualquer governo.

### A GREVE NO JORNAL DO COMÉRCIO

## OS TRABALHADORES DO «D. N.» ESCLARECEM A SUA POSIÇÃO

Registamos este documento significativo da elevada consciência de solidariedade e espírito sindical que contrasta com outras atitudes precárias ou alienadas que por vezes se exteriorizam.

Os trabalhadores do Diário de Notícias reunidos em assembleias aos vários sectores da empresa, aprovaram o seguinte comunicado acerca da sua participação na greve de 24 horas de solidariedade aos camaradas do Jornal do Comércio:

Os trabalhadores do Diário de Notícias envolvem num grande abraço os camaradas do Porto, cuja capacidade de organização unitária, espírito de luta e elevada consciência de classe mais uma vez ficaram demonstrados; saúdam e abraçam também os companheiros da Rádio e da Televisão pelo seu correcto e valioso contributo à grande jornada de luta e solidariedade com os trabalhadores do Jornal do Comércio; alargam este abraço aos colegas dos jornais de Lisboa e do Diário do Alentejo que participaram nessa acção.

Os trabalhadores do Diário de Notícias não cedem a pressões, nem vacilam na defesa das posições tomadas, certos que só assim se fomenta a união dos trabalhadores da Informação e se reforça a sua capacidade para futuras acções unitárias. Reiteram, portanto, o seu apoio à justa greve dos trabalhadores do Jornal do Comércio, denunciando do mesmo modo, perante a opinião pública, as tentativas de sabotagem aos objectivos visados pela greve de solidariedade e aviso, na qual intervieram decidida e conscientemente.

Os trabalhadores em greve demonstraram um instinto e uma consciência de classe muito mais elavados do que certos especialistas da política avaliam. Optaram por essa forma de luta para

dar um aviso da sua força e da sua unidade; para travar as manobras urdidas pelos grupos do alto capital no sentido de recorrerem ao «lock-out», lançando no desemprego centenas de camaradas; para darem novo alento à luta dos trabalhadores da Imprensa contra as manipulações da Informação por parte do capital monopolista da maioria dos jornais; para levar o Governo, que não dispunha dos meios jurídicos necessários, à sua intervenção no conflito, onde o ponto fulcral é o saneamento de um fascista, a abandonar a posição de árbitro e a tentar intervir, com todos os seus recursos executivos, num problema que opõe interesses nacionais a interesses particulares, e onde, portanto, pelo menos para os trabalhadores, essa neutralidade é inadmissível; para, finalmente, tentar retirar a iniciativa à reacção e dar um grande passo no sentido de chamar a atenção da coligação governamental para o beco sem saída a que a sua política hesitante e conciliatória poderá permitir que as forças reacçãoárias arrastem o País.

O trabalho dos do Diário de Notícias acusam as forças políticas que se opuseram à greve geral de solidariedade aos camaradas do Jornal do Comércio e tentaram denegri-la, falsificar o seu sentido, comprometé-la por todos os meios perante a união pública, retirar alcance aos seus objectivos, minimizar as suas consequências, isolar os sindicatos das massas trabalhadoras, numa acção que pode desagregar a unidade dos trabalhadores, de contribuir objectivamente para a sua derrota e a vitória da reacção.

## COMISSÕES SINDICAIS DE BASE

Tudo o que temos a funcionar como sindicatos é ainda, inalterável, o aparelho corporativo criado especialmente para pulverizar os trabalhadores através de simples corporações, coagil-os a uma direcção de cúpula, e continuar o predomínio duma burocracia paternalista, embora de cor diferente.

Essa carcassa sindical que nos manietou permanece nas bases premeditadas, e nada parece alterar-se.

A Batalha, continuando a sua missão de sempre, procura iniciar e ampliar as manifestações de desalienação e iniciativa socialista autêntica que os trabalhadores têm demonstrado.

Para reerguer o sindicalismo, desde o sindicato até à CGT, devem os trabalhadores criar no seu local de trabalho as comissões de reconstrução sindical (CRS) que conduzam os sindicatos à reestruturação da organização sindicalista e dentro deles se inicie uma acção de reorganização e autonomia.

Criem-se comissões de fábrica de reconstrução sindical com base na solidariedade de todos.

Tragam os seus problemas para A BATALHA.

A BATALHA

Na quinta-feira dia 12 de Setembro, assistimos a uma impressionante manifestação de força levada a cabo pelos trabalhadores da Lisnave, que lutam pelo saneamento dentro da empresa dos administradores fascistas. Com palavras de ordem como «direito à greve sim, lock-out não!», «Operários da Lisnave saneiem os fascistas», «apoiemos os camaradas em greve» e «abaixo o capitalismo», os trabalhadores mostraram que a classe estava unida e que não era uma minoria mas sim a esmagadora maioria dos trabalhadores da empresa, quem tinha desencadeado a manifestação.

No comunicado emitido pelo Ministério da Administração Interna lia-se a propósito desta manifestação:

«...Considera-se que a manifestação que uma reduzida facção do pessoal dos Estaleiros da Margueira se propõe realizar está completamente afastada do correcto uso das liberdades cívicas e da disciplina social e é lesiva da economia nacional e do direito de

reunião.»

Também o comunicado da célula do P. C. P. se pronuncia sobre o mesmo assunto nos seguintes termos:

«...Os trabalhadores não se devem deixar arrastar por grupos que os levam para formas de luta que os conduzem a becos sem saída...» e mais adiante «...É tempo de dizer não às manobras de grupelhos que tentam arrastar os trabalhadores para as posições que a administração deseja...»

Por outro lado, no comunicado distribuído à população pelos trabalhadores da Lisnave, pode ler-se:

«...assim os trabalhadores da Lisnave unindo-se à corajosa luta da TAP do «Jornal do Comércio», da Siderurgia, da Texmalhas, reforçando todas as lutas de Sul a Norte, vai saltar das paredes estreitas da fábrica para a rua PARA MANIFESTAR:

—Que A NOSSA LUTA PELO SANEAMENTO NÃO É UMA LUTA SECUNDÁRIA, é uma luta principal, porque a englobamos num combate

permanente e sempre vivo contra as tentativas e manifestações do FASCISMO, que renasce constantemente da podridão do CAPITALISMO E MONOPOLISTA.

—Que onde há iniciativa e luta organizada das classes oprimidas a reacção recua. Onde há diminuição de vigilância por parte do povo, as forças contra revolucionárias avançam tentando esmagar as liberdades já conquistadas.

—Que estamos com todas as leis e medidas do Governo Provisório, que forem ao encontro do alargamento das liberdades dos trabalhadores e dos povos que o colonialismo português explora e oprime.

—Que não estamos com o Governo quando promulga leis anti-operárias, restritivas à luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista.

—Que lutaremos activamente contra a «lei da greve» porque é um golpe profundo nas liberdades dos trabalhadores...



Trabalhadoras da Sogantal em actividade

## A LUTA NA APPLIED MAGNETICS

A luta dos 640 trabalhadores da APPLIED MAGNETICS é já sobejamente conhecida, não nos sendo portanto necessário fazer um estudo longo sobre a situação nesta empresa multinacional; limitar-nos-emos ao resumo da situação focando os pontos que nos parecem merecer maior realce.

- a) Os problemas na fábrica agudizaram-se aquando da homologação do novo contrato colectivo de trabalho;
- b) Encerramento da secção de matrizes e consequente despedimento de 116 operárias;
- c) Desenvolvimento de um processo de luta, que culminou com o encerramento da empresa;
- d) Durante as negociações no Ministério de Trabalho, o administrador recusou-se a readmitir as 116 operárias despedidas e ameaçou que encerraria a empresa, caso os trabalhadores não aceitassem a sua proposta;
- e) A proposta da administração, que se reveste de um carácter atentório à dignidade dos trabalhadores, pelo seu extremo oportunismo e reaccionarismo, constava dos seguintes pontos:

1—Que os trabalhadores se limitem ao contracto colectivo de trabalho (C. C. T.), com as seguintes implicações:

- a) Passagem das 40 para as 44 horas de trabalho semanais;
- b) Passagem de 30 dias para 18 dias de férias;

- c) DEMISSÃO DA COMISSÃO DE TRABALHADORES, INSTAURAÇÃO DE UM INQUÉRITO ÀS SUAS ACTIVIDADES E ELEIÇÃO DE UMA COMISSÃO DE RELAÇÕES HUMANAS QUE TERIA COMO PRESIDENTE O ADMINISTRADOR DA EMPRESA;

- d) INDEMNIZAÇÃO DOS TRABALHADORES À EMPRESA das 4 horas semanais que estes deixaram de trabalhar a partir do dia 4 de Junho, dia em que tinham conseguido as 40 horas.

- e) Instauração de um inquérito às actividades dos últimos saneados para uma possível readmissão;

- f) Garantia por parte da administração em manter os 116 empregados despedidos durante dois meses.

Se ao fim desses dois meses a empresa não conseguir arranjar emprego os trabalhadores seriam absorvidos pelo Governo sem qualquer encargo da firma, portanto sem indemnizações de despedimento;

- g) O Governo emprestaria 5 000 contos à empresa para esta pagar os salários, com garantia de um aumento do capital social da empresa.

Esta proposta, que tinha sido rejeitada pelos trabalhadores no dia 18 de Junho, foi posteriormente aceite por estes, com o aval do Ministério do Trabalho, que emprestando 5 000 contos para o pagamento dos salários em atraso, julgava deste modo resolver a dramática situação dos trabalhadores.

Que interesses defende o Ministério do Trabalho?

—Que repudiamos o direito que os patrões têm de colocar na miséria milhares de trabalhadores porque a lei do lock-out, é uma lei contra os operários e de protecção dos capitalistas.

—PORQUE SABEMOS QUE, OS 120 MILHÕES DE CONTOS, não são, como dizem os Melos, Champaulmaud, e Quinas e C. I. A., para criar 120 mil empregos, mas para criar melhores condições de exploração e conquistar as leis anti-operárias que lhes permita legalizar essa exploração.

—Que repudiamos todas as tentativas, venham elas donde vierem, para sabotar, dividir as massas trabalhadoras na luta contra o Fascismo contra o CAPITALISMO.

—Que estamos com as Forças Armadas, sempre que estas estejam com as classes oprimidas e exploradas contra classes opressoras e exploradoras...

Após terem atravessado várias artérias de Lisboa e terem feito um minuto de silêncio na Praça do Chile, os trabalhadores chegaram ao Ministério do Trabalho, já «guardado» pelas forças da ordem, paraquedistas e polícia de choque, «a tal que tinha sido dissolvida.»

A permanência na Praça de Londres foi muito breve, pelo que perguntámos a um operário a razão desse facto, ao que nos respondeu que o principal objectivo era mostrar a unidade da classe e que não era a tal «minoría» anunciada pela célula do P. C. P. da Lisnave.

Perante esta atitude dos trabalhadores, não podemos deixar de registar o facto de se ter passado por cima de legislações e autorizações, que procuram estabelecer normas para burocratizar a luta da classe operária.

Se já no antigo regime, a classe operária, nunca pediu autorização para encetar formas concretas de luta, muito menos agora parece disposta a legar outros (inclusive partidos políticos) a iniciativa das suas lutas pela emancipação dos trabalhadores, ou será que essa emancipação deixou de ser obra sua?

Um Ministério que à partida devia defender os interesses dos trabalhadores, e que aceita uma proposta, para a

(Cont. na pág. 7)

## SOLIDÁRIOS COM OS TRABALHADORES DO «J. C.»

Os trabalhadores do «Jornal do Comércio» vieram mais uma vez explicar publicamente as razões da sua greve iniciada em 22 de Agosto.

Da publicação «A GREVE NO JORNAL DO COMÉRCIO», de 12/9/74, transcrevemos largos extratos do «PRE-FÁCIO»:

«Em concreto: a nossa greve começou por ser uma luta interna entre os 305 empregados da empresa e os seus proprietários ou representantes. De qualquer modo era já uma luta entre o capital e o trabalho, entre explorados e exploradores...»

«Depois da greve de solidariedade desencadeada por 24 horas pela quase totalidade dos outros jornais, diários, depois da adesão feita por outras empresas do grupo Borges — traduzida em apoio moral, material e político — e manifestada por milhares de outros trabalhadores (...) a luta dos trabalhadores do «Jornal do Comércio» revelou publicamente o seu verdadeiro alcance e significado: trata-se, em última análise, de uma luta entre "todos" os trabalhadores revolucionários e "todos os reaccionários, sejam eles propriamente capitalistas, administradores ou burocratas partidários.»

«É assim que se formam, adjacentes ao movimento desencadeado, duas forças mais ou menos claramente distintas: de um lado o grupo Borges, instituições do Governo (nomeadamente o Ministério do Trabalho) e partidos políticos (nomeadamente o Partido Comunista Português); de outro, os trabalhadores do «Jornal do Comércio» e outros trabalhadores que autonomamente lutam pela transformação das suas vidas.

«E quando (...) consideramos que posições mais claramente se definiram pensamos — já que do grupo Borges nada haveria a esperar em contrário — exactamente no Governo Provisório e no P. C. P.

«Quanto ao primeiro, não foi apenas o Ministério do Trabalho que em nome do legalismo se declarou impotente, pela boca do próprio ministro, para lutar ao lado dos trabalhadores do «J. C.», foi também o Ministério da Comunicação Social, que veio justificar oralmente afirmando que o saneamento da empresa, «propriedade privada», só aos proprietários competia. (...) Foi também o primeiro-ministro, que a propósito da greve de solidariedade feita pelos outros jornais veio a dizer:

(...) «O Governo está convencido de que a grande maioria dos trabalhadores da Imprensa, (...), se convencerão de que a atitude agora assumida a nada de positivo conduz. (...) Ao mesmo tempo sublinha que a Lei da greve se fez para ser cumprida. Os trabalhadores tem agora um direito que lhes foi negado e foi considerado um crime durante dezenas de anos pelo regime anterior. (...)»

Ao publicar esta posição, o G. P. pela boca do seu primeiro-ministro, esquece algumas coisas para conseguir outras. Esquece: (...) 2.º — Que tal lei. COMO ATÉ O PARTIDO SOCIALISTA, comprometido na coligação governamental DECLAROU PUBLICAMENTE, não serve os interesses dos trabalhadores, que nem de perto nem de longe foram chamados a participar na sua elaboração.

(...) «Quanto ao P. C. P., foi claramente demonstrada a sua oposição ao movimento desencadeado pela greve dos trabalhadores do «J. C.». E isto desde o «Avante!», até comunicados, desde as suas células até aos seus colunistas.»

(...) Ora, ao estabelecer esta confusão toda, o P. C. P. passa por cima dum facto muito simples: o que faz com que os trabalhadores saiam ou não vitoriosos duma greve — são os próprios trabalhadores! Se, evidentemente, com quem eles contam é com o P. C. P., arriscam-se a perder. (...)

Claro que ao P. C. P. não interessa ver isto, porque o que ao P. C. P. interessa de facto é CONTROLAR OS TRABALHADORES E NÃO DAR-LHES INICIATIVA. O que ao P. C. P. interessa, como A TODOS OS OUTROS PARTIDOS HIERARQUIZADOS E DE CÚPULAS, É LEGALMENTE CONSTITUIR-SE EM EMPRESA QUE NO MOMENTO OPORTUNO DISTRIBUIRÁ OS LUGARES DO PODER AOS SEUS COMITÉS E

CHEFES DE SERVIÇO, passando para os militantes a execução de uma nova moral dominante onde o TRABALHO DE UNS E OS PRIVILÉGIOS DE OUTROS serão palavra de ordem. (...) o movimento dos trabalhadores do «Jornal do Comércio» é um movimento autónomo. Como tal começou, como tal terminará. NÃO PRECISAMOS DE PARTIDOS PARA A DESENCADEAR, quaisquer que fossem, NÃO PRECISAREMOS PARA AVANÇAR NELA. O que não quer dizer, evidentemente que não registemos com o maior agrado aqueles que nos apoiem. MAS SEM HIPOTECAS!» (1)

NOTA — As palavras escritas com maiúsculas, estão assim escritas no original.

A BATALHA está solidária com os trabalhadores do «J. C.», com a sua luta e com os princípios que defendem no texto acima.

A classe operária para levar a cabo a sua luta contra a exploração, de forma consequente, terá que se bater em duas frentes — por um lado contra os patrões ou seus mandatários; por outro, pela sua própria autonomia como classe e isso contra todos os que pretendem ser eles os «trabalhadores», os «súnicos» defensores, representantes ou intérpretes da classe operária.

A emancipação da classe trabalhadora será obra dos próprios trabalhadores, e só deles.

O JORNAL DO COMÉRCIO cujo saneamento não é inexplicavelmente posto em prática como um dos tantos casos em que se conserva em posições dominantes, e neste caso no domínio da informação, os tubarões e cúmplices do regime fascista, publicava em 28 de Julho de 1972 um artigo de fundo com esta significativa prosa:

### DOIS ANOS DEPOIS

Passaram dois anos sobre a morte de Salazar. Dois anos são pouco tempo para perscrutar uma vida. Menos ainda para nos dar a justa medida de um Homem de Estado que, durante décadas, foi vértice político e supremo executivo de uma Nação.

Hoje, porém, a vida corre tão depressa no Mundo, os factos, as mudanças e os conceitos fluem tão vertiginosamente, que dois anos já bastam para esboçar os contrastes e o perfil de um grande Estadista que morreu.

Intérprete torturado da alma do seu povo, ele próprio plebeu genuinamente lusitano, era orgulhosamente modesto e naturalmente simples. Nobre pelo espírito.

Ele que pela cultura, pelo largo trato do mundo e pelo subtil conhecimento dos homens alcançou um humanismo sofisticado, inevitavelmente temperado de cepticismo, não perdeu nunca o apego tenaz a ideais de perfeição, e uma fidelidade espontânea a conceitos de autodisciplina e de austeridade, de honra e de integridade no foro individual como no plano colectivo e nacional.

No concerto das nações, e por sobre as tremendas dificuldades que nos foram suscitadas pelos inimigos dos interesses de Portugal e da sua vocação pluricontinental e multirracial, constituiu sempre baluarte poderoso de força política e chave de indiscutível crédito e prestígio internacionais o precioso património de inteireza moral que Salazar não apenas cultivou mas intransigentemente impôs na administração do País.

A solidariedade entre os trabalhadores é a base da sua força e da sua defesa

## DISSIPANDO NEVOEIRO

Não deriva somente da noite fascista em que se viveu a ignorância de certos factos e a confusão no uso de certas expressões: às vezes há também certas intenções reservadas que urge denunciar. É isso que vamos fazer.

Greves selvagens — Há leaders que condenam as greves desagradáveis como selvagens, espécie de anátema a aplicar a grevistas incivilizados.

Nos grandes países industrializados, neo-capitalistas da chamada sociedade de consumo de grandes organizações sindicais de obediência política e reformistas, centralizaram-se e burocratizaram-se, e os seus leaders dispõem de poder inamovível, negociando com as grandes empresas os contratos de trabalho, condicionando a sua acção à política dos partidos que nelas influem. Só essas organizações centrais pelas leis do trabalho e reguladoras da greve, podem declará-las.

Sucedem às vezes certas classes menos influentes no quadro sindical, ou situações incompatíveis com a política dominante, as reivindicações não serem atendidas, os leaders não quererem a greve e os trabalhadores, nos locais de trabalho decidem-na contra a posição dos sindicatos e entram em greve não obediência. Esta greve espontânea, decidida pelos próprios trabalhadores contrariamente à posição dos leaders chamam lá fora a greve selvagem.

A greve, arma de defesa do operário só destes recebe legitimidade e quando selvagem marca como poder de capacidade dos próprios trabalhadores.

Sindicatos verticais — Há pessoas que irreflectidamente, ou pelo prazer de se apresentarem inovadores apelidam os sindicatos que na organização

sindicalista portuguesa tinham a designação de sindicatos de indústria de sindicatos verticais. Sindicatos verticais são os sindicatos fascistas espanhóis. Parem com o disparate!

Anarquia sinónimo de desordem — Os liberais da burguesia conservadora do final do século passado, o Pinheiro Chagas, o Conselheiro Acácio e o Conde de Abranhos sobranceiramente usavam o termo anarquia como sinónimo de desordem e o anarquismo como um cataclismo de bombas e revoluções. A partir do consulado de Caelano muita gente deu em copiar o Conselheiro Acácio aplicando os termos como sinónimos. Mas agora pior; são também os eruditos do socialismo científico, que o aplicam descrençadamente, parecendo muito bons burgueses, para agradarem à própria burguesia assustada e mostrando-lhes que não há perigo em tê-los como ministros, conselheiros e mentores sindicais. A via do reformismo, se é cômoda obriga a esquecer esta verdade elementar: aceitar o socialismo tal qual é implica uma posição mental anti-burguesa em toda a sua extensão. O próprio Marx, e o Lênine não desprezaram que o socialismo tinha a sua maior expressão no próprio anarquismo.

## PORTUGALISOL -WARNER

Continua a verificar-se que muitos conflitos de trabalho, especialmente por recusa de satisfazer reivindicações do seu pessoal, ocorrem com empresas multinacionais ou simplesmente estrangeiras. É significativo.

Uma das empresas ligadas à ampliação da Refinaria da Sacor, no Porto, a Portugalisol-Warner, luso-francesa, recusou intransigentemente as reivindicações dos 35 trabalhadores que ali tem em trabalho, e paralisaram. Esta greve motivou a solidariedade do pessoal das outras empresas integradas nas mesmas obras, atingindo cerca de meio milhar de trabalhadores.

A Portugalisol decidiu despedir todos os grevistas mantendo ao seu serviço apenas 5 trabalhadores, porque não aderiram à greve, o encarregado, que pode ser explicável, mas o que surpreende é que admitiu também o delegado sindical.

Terá o sindicalismo actual a sofrer deformações herdadas, mas também que são conservadas de tal modo que nos aparecem dirigentes sindicais em posições opostas aos movimentos de classe, atacando-os ou denegrindo-os de modo a aparecerem destes casos a desmobilizarem a classe trabalhadora até se tornar uma massa tenra que se ofereça em bom estado à exploração capitalista?

É DIFERENTE

## FUNCIONÁRIOS OU MILITANTES

Aqueles sindicatos que herdámos no 25 de Abril, mesmo os que já se movimentavam em força reivindicativa e rebeldia contra o fascismo, tinham nascido deformados, raquíticos e esclerosados pela madre que os parira; a legislação e a sujeição burocrática. Mas isto que ninguém contesta ainda não teve o menor tratamento, e não teve porque pela deformação congénita melhor se adapta a outras burocracias e sujeições políticas muito ao geito dos «imperativos da coligação».

Os «sindicatos nacionais» ao nascer recebiam a vacina e a cutiplasma dos funcionários, quase sempre com «agrement» do INTP, indispensável à fácil contemporização do funcionário e muito cômodo para o «dirigente sindical» pois bastava-lhe simplesmente assinar.

Todos nós sabemos o fácil ascendente que os funcionários sindicais tomavam sobrepondo-se até às direcções. Eram-se não continuam a ser autênticos «directores gerais».

Por sua vez o funcionário adquire uma especial mentalidade de burocrata, certo da sua proficiência e conhecedor de todos os movimentos internos do sindicato, conhecendo «leis», e com a continuidade às vetes chega a ser um verdadeiro mentor.

A experiência sindical sempre demonstrou ser incompatível o militante e o funcionário, com mentalidades diferentes, quer o funcionário venha dos simples quadros de pessoal assalariado quer drive do militante elevado a postos de permanência. Acabam sempre por governar.

Esta foi a grande preocupação do sindicalismo confederal: o militante, mesmo quando se dedicasse a tempos completos na actividade do sindicato retornava sempre à actividade profissional ou, quando o movimento do sindicato impunha a permanência de alguém como funcionário era simplesmente como tal sem qualquer intervenção na orientação sindical.

E sempre esta evidência foi acautelada por nós nos tempos da CGT.

Não admira que e estranhemos agora ver que vários funcionários sindicais apareçam em posições militantes destacadas, como por exemplo o sr. Canais Rocha, funcionário sindical, militante dum sindicato e proeminente figura - o que é bem pior - da intersindical.

Por aí começa um novo paternalismo sindical.



Apelo à luta. Sábado de manhã

**MOVIMENTO SOCIALISTA POPULAR** — Análise de 4 meses de experiência democrática em Portugal após o 25 de Abril — Achemos de muito interesse assinalar a forma muito objectiva desta análise feita em termos claros, criticando todo o processo de perplexidade política que caracteriza exactamente estes quatro meses de vida política.

Asstando a sua crítica pertinente aos sectores predominantes da vida nacional, detem-se também sobre o Trabalho e o Sindicalismo, que naturalmente merece a nossa especial atenção.

Destacamos e concordamos inteiramente quando o MSP considera as actuais estruturas sindicais uma pesada herança do anterior regime e a impossibilidade de por elas se encontrar uma expressão da verdadeira posição dos trabalhadores. E é igualmente de anotar que reconhece a greve como um legítimo direito e o seu uso estar justificado perante a ofensiva dos grandes grupos económicos nacionais e internacionais.

Registamos algumas tomadas de posição que se deverão tornar concretas no decorrer deste processo revolucionário em que vivemos.

*«Nem o Governo Provisório, nem os Partidos, nem o capitalismo têm que dizer à classe trabalhadora quais as greves justas e injustas, as úteis e as prejudiciais, mas apenas à classe trabalhadora caberá decidir.»*

Definindo a sua vocação socialista afirma: «A apropriação dos meios de

produção pela classe trabalhadora nada tem a ver com a estatização desses meios. Esta segunda hipótese dará origem à criação de uma nova classe social dominante que pela via do centralismo burocrático retirará toda a iniciativa à classe trabalhadora, embora o faça em nome dela.»

Registamos esta posição inconfundível e esperamos que o MSP não a abandone na conformidade com outras disciplinas que o possam sujeitar.

**OS GRANDES LATIFUNDIOS E O MINIFUNDIO PORTUGUES** — *Januário Nunes dos Santos* — Este velho militante de Évora editou agora este trabalho já há muito tempo escrito, e dedica-o a quatro militantes rurais anarco-sindicalistas já falecidos e que deram notável expressão ao movimento sindical rural.

Confrontando a extensão e o processo de exploração do latifúndio que vive numa quase espontaneidade da natureza não deixa qualquer margem de subsistência para os que apenas podem oferecer o seu trabalho. Ao mesmo tempo, conclui do minifúndio a persistência do primitivismo dos métodos de exploração agrícola e a consequente grilhetada da pequena propriedade para o pequeno agricultor. Deste paralelo o Januário insiste nas formas cooperativas da exploração como reestruturação da agricultura sem necessidade de estatização.

da administração local. Outro pensamento é do entenderem a «auto-organização ao nível da base» sem permitirem que caiam sob o domínio dos aparelhos sindicais de cúpula e centralisadores.

Se se furtar, como diz, à atracção política burguesa e ao mito dum socialismo construído por cúpulas por mais revolucionárias que queiram ser e eruditas numa ciência muito sua, resta-nos esperar que a sua acção também não se limite a um grupo mais.

**NOTÍCIAS DE MARINHAIS RIBATEJO**

Por iniciativa local os trabalhadores rurais desta freguesia reuniram-se no sábado 7 de Setembro para constituírem o seu sindicato.

Abriu a sessão Carlos Simões que deu a palavra ao presidente cessante da Junta de freguesia para aludir ao seu trabalho para que o mercado mensal não cessasse e cuja receita se destinaria a benefício da freguesia. A sua intervenção suscitou comentários desfavoráveis às afirmações por imodestas... e não só.

O delegado dos trabalhadores de Salvaterra criticou este desvio dos objectivos da assembleia e apresentou o projecto do contrato de trabalho sazonal já apresentado aos patrões, os quais têm usado de manobras dilatórias para não o aceitarem enquanto vão fazendo as colheitas. Pediu o acordo dos trabalhadores de Marinhais porque o contrato é para todo o concelho. Muge e Glória já tinham dado o seu apoio.

Um trabalhador do Couço deu explicações sobre a constituição do sindicato, mas não se chegou a um resultado concreto. Mas o delegado de Salvaterra apelou para os trabalhadores locais acorrerem à reunião a realizar naquela vila para serem concluídas as reivindicações salariais e apoiarem a Comissão local pró sindical nas suas negociações com os patrões e na definitiva constituição do sindicato.

Junta de Freguesia. — Ainda não foi empossada a comissão administrativa eleita em acto público pelo povo, e desautorizada a do tempo do Marcelo. Isto resulta prejuizo para a população porque a Junta não funciona.

Culpa da Câmara? Certamente que sim, mas também a falta de decisão da população pode ser muito mais responsável, pois já devia de ter intervido e exigir contas da anterior e depois das que se seguirem, e decidir da sua orientação.

Este facto já foi especulado por um jornal de marcadas tendências reaccionárias *Tempo Novo* utilizando depoimentos colhidos com um propósito velado para tirar efeitos de desaprovação à comissão eleita pelo povo.

A *Batalha* dará a sua cooperação à constituição do sindicato e está sempre aberta aos problemas da população. O correspondente é José dos Reis Sequeira.

Perante uma ocupação militar os trabalhadores são coagidos a «retomar o trabalho». «TUDO ESTÁ NORMALIZADO NA TAP» gritam os jornais diários, escamoteando deliberadamente a verdade através da imprensa, que se diz porta-voz duma «informação correcta e imparcial» no esclarecimento da opinião pública. No entanto, ao longo desta luta de classe os comunicados dos trabalhadores ou, não são passados ou veem censurados nos assuntos principais, paralelamente a longos artigos de «estranhos» deturpando conscientemente esta luta, baseada na exigência de um saneamento de homens que ao longo do reinado fascista, foram carrascos dos trabalhadores.

**PARECE SER NECESSÁRIO CONDUZIR NOVAMENTE O POVO! É preciso drogá-lo outra vez a opinião pública! É NECESSÁRIO! PARA QUEM?**

Mesmo sob foro militar (enquadramento esse que os operários não pediram) os trabalhadores ousam resistir. O trabalho processa-se em ritmo lento. Nas oficinas, forte control de tempos de produção; mas o trabalho não «rende». Obrigam a fazer 15 e 16 horas diárias; mas os aviões vão ficando parados por falta de revisão... «E TUDO ESTÁ NORMALIZADO NA TAP!!!» apregoam os «nossos» jornais diários!

Surge, entretanto, uma nova administração eleita em assembleia geral de accionistas (os patrões da TAP), tomando posse, após lauto almoço no Tavares Rico. Aparece um comunicado desta administração «almoçaril» onde pede «harmonia, respeito recíproco, disciplina digna», compreensão às atitudes e compromissos devido à crise financeira que se atravessa, cautela às aspirações de melhoria de vida devido à crise (?) etc. (No entanto os lucros líquidos deste ano somaram 187 mil contos!).

Promete reactivar o A.C.T., o mais rapidamente possível, mas dentro do espírito económico anteriormente anunciado.

Logo na primeira reunião afirma não se responsabilizar pelas cláusulas já acordadas. Compromissos assumidos pela anterior Comissão Administrativa, esta nova administração não vai nisso!!! **INTERRUPÇÃO** do acordo. Por interferência do ministério do Trabalho retomam-se novamente as negociações. Nova discordância, agora, acerca dos dias de reunião. Alegando falta de tempo a administração pretende reduzir o número semanal de reuniões. A comissão sindical, débil em reivindicações mas forte, muito forte mesmo em «acordos», pactua novamente!... Mas «todos» estão desejosos que o acordo seja rapidamente resolvido, desde os partidos até ao governo passando pela administração! (Imagem!!!)

A comissão sindical nos seus encontros preparativos das reuniões com a administração é uma autêntica fraude aos trabalhadores; discute, discorda, grita, bebe e claro nada resolve.

**SUPORTARÃO OS TRABALHADORES TAMANHA INCOMPETÊNCIA SINDICAL?**

É num plenário na Voz do Operário, onde as coisas se precipitam. Reunião convocada por entidades sindicais (cada vez mais desacreditadas e sem grande apoio operário) com o intuito de analisar o processo de revisão do acordo, fazer a análise da situação na TAP e medidas a tomar. Tinha como objectivo principal condenar toda uma luta de classe a que eles próprios pertenciam! Autêntica auto-justificação da fraqueza constantemente assumida frente às atitudes dos representantes do capital.

Rapidamente surge um movimento para abortar esta autêntica facada aos verdadeiros interesses dos trabalhadores: até porque e como se verificou, a nossa querida imprensa daria larga e «imparcial» cobertura.

Os animos excitam-se (aliás naturalmente, para quem vê cada vez mais as organizações feitas para defenderem os trabalhadores, estarem a atraí-los, pactuando com o inimigo que deveria ser comum — O CAPITAL), trocam-se palavras ásperas motivada pela realidade dura da luta e o grupo organizador abandona a sala.

Fartos de serem traídos, caluniados por uma imprensa ao serviço de uma burguesia e por partidos que até se dizem defensores dos operários, decretam a greve pelo total cumprimento do caderno reivindicatório, sinónimo da im-

potência das suas representações sindicais. É feito um comunicado (mais uma vez truncado ou não publicado pelos jornais) a ser entregue à nova administração.

Entretanto dez direcções sindicais (a TAP tem 23) acusam de anti-democrático este plenário e cozinham um comunicado condenando a greve. Mas estes NOVE senhores que se apelidam «democratas» tomam esta grave decisão sem sequer consultarem as bases: isto é, os seus filiados. Mas há mais: este comunicado vem em nome de DEZ sindicatos, no entanto, não trás assinaturas como é habitual e há um sindicato que não tem sequer conhecimento do assunto MAS TEM O SEU NOME NO COMUNICADO!!

Final a anti-democracia é só válida para os outros? Então NOVE homens em nome de DEZ sindicatos condenam milhares de trabalhadores só porque não fazem as «suas vontades» nem alinham nos seus compromissos? E a imprensa transcreve em grossas letras o comunicado!

Intercepção do documento saído do plenário de 17 para entrega directa à administração pelos militares que consideram que todo e qualquer papel deste tipo tem que ser dirigido às entidades militares, actualmente responsáveis da TAP.

Concentração da DME em frente do edifício 25 (administração) como tinha sido decretado no plenário. Fala um major informando ter o documento seguido as vias militares competentes com fotocópia para a administração. Promete comunicar logo que possível as respostas que tiver recebido. Afirma igualmente que a acção militar executada no hangar 6 para saber quem tinha ficado a trabalhar era só uma questão de control e que os trabalhadores não tivessem medo.

— Mas nós não temos medo, sr. major: os operários não se assustam. Querem é saber a verdade dessa acção.

Dia 23 de Setembro são detidos nos locais de trabalho, para averiguações operários da DME, que estiveram em maior evidência no movimento grevista, imediatamente os trabalhadores actuam e parte uma manifestação até junto dos seus companheiros presos. Mais de quatro mil homens esmagados diariamente pela repressão capitalista, estão unidos e gritam pela libertação dos seus camaradas. O operário Santos Júnior aparece a pedir das entidades militares, para esclarecer a multidão solidária que não arredava, nem arredou pé.

— Em toda a minha vida só disse a verdade. «Foram as palavras do ho-

mem comovido pela solidariedade daqueles com quem ele luta e confia, todos sofrendores da mesma exploração. Afinal, caro Santos Júnior, essa verdade tão incomodativa e perigosa para os patrões, também o é para aqueles que até se dizem defensores da classe operária, e para os que falando em nome da democracia pretendem amarriar eternamente os trabalhadores na condição de explorados.

De 24 para 25 de Setembro começaram os despedimentos colectivos. As equipas E e F são postas na rua, baseado num decreto «feito a propósito». Mais de 300 homens são atirados para uma das condições de escravo do século 20 — RECUSA DO DIREITO AO TRABALHO.

**APPLIED MAGNETICS**

(Cont. da pág. 5)

qual não encontramos adjectivo que devidamente a qualifique, mostra claramente ao serviço de que classe se encontra e que interesse defende.

Ao longo de todo o processo, a actuação do Ministério do Trabalho revestiu-se sempre de uma clara incapacidade de decisão frente às manobras da administração, que pôs e dispôs como muito bem entendeu, até ao momento em que decidiu «fazer as malas» e ir montar a sua máquina exploradora em zonas politicamente mais favoráveis.

A melhor comprovação das críticas feitas, está na aceitação por parte do Ministério do Trabalho de exigências como: «demissão da comissão de trabalhadores e instauração de um inquérito às suas actividades...» e «indenização dos trabalhadores à empresa das 4 horas semanais que estes deixaram de trabalhar a partir do dia 4 de Junho...», quando este se mostra tão renitente quanto ao saneamento de pessoas altamente comprometidas com o regime deposedo.

Parece que o Ministério do Trabalho põe claramente as cartas na mesa: na incapacidade de resolução que demonstra frente aos problemas levantados pela agudização da luta de classes, opta abertamente pela defesa dos interesses do patronato.

Que estratégia existe nos bastidores do Ministério do Trabalho?

Anti-monopolista como preconiza o programa do M. F. A.?

Não nos parece que seja...

**MANIFESTO DA LUAR**

Por um Socialismo revolucionário de base.

A Liga de União e de Acção Revolucionária assume neste manifesto uma posição de muito interesse preconizando uma sociedade socialista sem diferença de classes e a aprendizagem e a prática da auto-gestão. Deste modo parece, portanto, que LUAR se coloca num campo socialista sem ortodoxia, sem hipoteca a crenças do fetichismo político, marcando também uma acentuada propensão para não alienar a realização do socialismo à dois elementos fundamentais da sociedade burguesa e capitalista, o Estado e o partido, a que nunca fazem alusão.

Neste particular destacamos do Manifesto dois pontos de vista de muito interesse revolucionário. Considera possível a construção do socialismo «através da transformação do aparelho do Estado em órgão coordenador e administrador dos bens colectivos». Embora o pensamento nos pareça um tanto obscuro supomos que entenderão que o Estado, perdendo todos os atributos presentes tornar-se-á a síntese dos órgãos socialistas de auto-gestão e

**SINDICATO DOS CONTÍNUOS**

(Cont. da pág. 3)

trabalhadores só conseguem ter o que podem tirar do bolso do patrão pois este não dá nada; O que não entrar no bolso do patrão entra no do trabalhador; Os homens e as mulheres se desempenham o mesmo trabalho sofrem o mesmo, portanto, para trabalho igual salário igual; O Sindicato não é o pai nem o salvador de ninguém, têm de ser os trabalhadores a resolver os seus problemas dentro da Empresa e, quando necessário, ligar-se a camaradas com problemas idênticos e resolverem-nos em conjunto. O Sindicato apoia-os em tudo pois ele é o que os trabalhadores querem que seja. Palavras de ordem como estas são ditas dezenas de vezes durante as reuniões de trabalhadores ou de Delegados sindicais. Porque não fim o que é necessário é despertar as consciências adormecidas. E isso só por acção directa, junto ao trabalhador.

5. Para finalizar há que dizer que para realizar todo o trabalho sindical existe uma equipa composta por sete elementos que é a Direcção. Cada elemento tem as suas tarefas precisas. Para esta, a mais importante, está a Decana da Direcção, Maria das Dores Lopes, verdadeira militante do tempo do fascismo. É ela quem marca o ritmo e a direcção. É ela também que organiza as reuniões. Mas isto fica para outra ocasião.

**A BATALHA**

**A habitação continua inacessível aos trabalhadores**

A habitação é o grande problema da civilização urbana: os grandes centros populacionais e de concentração industrial crescem ocupando espaço e valorizando-o automaticamente; o incentivo da construção é o maior lucro e não as necessidades humanas de habitação.

A habitação é um direito humano fundamental, na ordem económica e jurídica do capitalismo reduz-se a uma mercadoria de grande procura e de grande aliciante especulativo.

Esta contradição fica sempre condicionada ao direito de propriedade e as regras da economia de mercado. Todavia, no próprio campo político o problema assume a categoria dum valor político de excepcional importância: o poder ser um problema mobilizador para condução de uma qualquer política.

Os governos fascistas têm-no aproveitado como processo de alienação das pessoas que chegam a receber um benefício, como das que se propõem candidatos para as receberem. Os regimes de democracia burguesa mais inclinados a utilizarem outros processos de mobilização eleitoral deixam-no mais ao acaso da iniciativa associativa.

Os chamados países socialistas sofrem do mesmo problema e utilizam as técnicas da alienação política tanto pela habilitação individual como belos recursos aos métodos associativos, igualmente condicionado.

Entre nós o problema agravou-se com toda a mediocridade dum sistema que nunca perdeu todas as particularidades dum sistema obsoleto, ruralista e sem o menor horizonte político.

O tipo de mediocres realizações do Estado fascista pecou em todos os aspectos. Não fez, nem deixou fazer podendo até utilizar em proveito próprio.

Os aspectos mais imediatos do problema: o custo das rendas as especulações e os processos invocados para despejos, o que pesa mais vulneravelmente sobre as classes trabalhadoras ainda não teve a indispensável intervenção do Governo Provisório.

Se a Associação do Inquilinos interveio a seu tempo solicitando as providências imediatas apenas foram suspensas as chamadas actualizações de rendas, nas áreas fora de Lisboa e Porto, o que não basta visto que ficou livre um vasto campo de especulação: os despejos para se obter novas rendas para as quais não se chegou a tomar medidas de domínio da especulação.

Após o 25 de Abril os senhorios tiveram uns momentos de expectativa para logo após sentirem a indecisão governativa se lançarem na utilização de novos processos especulativos.

Soubemos dum caso significativo. Um senhorio alugou uma habitação escassa por 1 800 escudos mensais; passado dias apareceu à inquilina a pedir-lhe «o favor» de lhe guardar uns pequenos móveis por uns dias, para logo quando se apresentou a receber a renda exigir 2 500 escudos «porque a casa fora alugada mobilada».

Embora seja um flagrante crime de especulação. Tudo se faz, porque se aguarda uma posição governativa que nos parece desde já comprometida.

